

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Évora.

Estiveram presentes:

Presidente: José Carlos das Dores Zorrinho
Vereadores: Fernanda Manuela dos Santos Barreiros
Alexandre Manuel Rosa Varela
Maria Teresa Folgôa Batista
Patrícia José Correia Raposinho
Rúben Filipe Soares dos Santos Rodrigues Migueis
Jerónimo António Vaqueiro José.

A reunião foi presidida por José Carlos das Dores Zorrinho, Presidente da Câmara Municipal de Évora, e secretariada por Elisabete Matos Neves, Coordenadora de Unidade de Administração Geral.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ao iniciar a reunião, **o senhor Presidente** cumprimentou os senhores Vereadores, funcionários da Câmara, equipas técnicas, tradutora de língua gestual, público presente, e quem acompanha esta reunião de Câmara nas redes digitais.

Informou, ainda, que **os senhores Vereadores Henrique Sim-Sim, João Oliveira e Carmen Carvalheira** não iriam estar presentes na reunião, fazendo-se substituir pelos **senhores Vereadores Fernanda Barreiros, Alexandre Varela e Teresa Batista**. Neste sentido, solicitou a justificação das respetivas faltas as quais, por consenso de todos os Eleitos, foram devidamente justificadas.

De seguida, **o senhor Presidente** propôs a inclusão do **ponto 13.1** à Ordem do Dia. Solicitou, também, o desdobramento do **ponto 2.1** em três alíneas, tornando mais transparente o processo de votação.

Perguntou se havia alguma questão sobre a Ordem do Dia, não havendo sugestões de continuidade à reunião.

A). – Capital Europeia da Cultura.

O **senhor Presidente** começou por dar nota que a execução dos projetos do Plano de Recuperação e Resiliência, doravante designado por PRR, associados à Capital Europeia da Cultura decorre a bom ritmo, mas a verba prevista para o projeto de requalificação do Rossio é manifestamente exígua. Considerou que os 2 milhões e 350 mil euros atribuídos não correspondem à ambição de requalificar um espaço com cerca de 44 mil metros quadrados como uma praça multifuncional e nova centralidade urbana, estimando que o investimento necessário poderá rondar os 9 milhões de euros. Nesse sentido, indicou que o projeto terá de ser estruturado em duas fases: uma financiada pelo PRR e outra a submeter a um outro programa.

Ainda sobre a Capital Europeia da Cultura informou que, no dia 6 de fevereiro, terá lugar um evento simbólico de abertura da Capital Europeia da Cultura 2027, assinalando exatamente um ano antes da abertura oficial. O programa completo será divulgado em breve, ainda assim destacou dois momentos institucionais: uma sessão nos Paços do Concelho, pelas 11 horas, durante a qual será lançada uma petição para a criação do Dia Nacional do Vagar, e às 21 horas, no Teatro Garcia de Resende, decorrerá um momento institucional e cultural, intitulado o “Vagar é a Cena”, que terá a intervenção de vários artistas regionais e nacionais.

Neste contexto o senhor Presidente deixou um convite aos senhores Vereadores para estarem presentes.

B). – Volta ao Alentejo em Bicicleta.

O **senhor Presidente** comunicou que Évora voltará a ser a cidade da chegada da “Alentejana”, ou seja, da volta ao Alentejo em bicicleta, no dia 29 de março.

C). – Gala Sois 2026.

O **senhor Presidente** informou que, entre os dias 10 e 13 de abril, Évora será a Capital Internacional da Gastronomia. Nesse período acolherá a Gala Sois 2026, um evento gastronómico organizado com o patrocínio da Entidade Regional de Turismo e o apoio da Câmara Municipal, prevendo-se um grande impacto mensurável na cidade. O programa integrará diversas ações de rua, culminando na gala de entrega de prémios, que terá lugar no dia 13 de abril, no Teatro Garcia de Resende.

D). – Mau estado das estradas.

O **senhor Vereador Jerónimo José** iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

De seguida reconheceu a insatisfação da população face ao mau estado das estradas, sublinhando que essa preocupação é igualmente partilhada pelo Executivo. Referiu que não basta reconhecer o problema, sendo necessário agir no âmbito das competências do Município.

Explicou que foi previamente indispensável proceder à regularização financeira de pagamentos, condição essencial para garantir o fornecimento de materiais. Referiu ainda que, desde a semana passada, esses materiais começaram a ser entregues e aplicados no terreno, estando também a ser ajustada a metodologia de trabalho das equipas, nomeadamente na organização e distribuição das intervenções, tendo em conta as atuais limitações, incluindo as condições climatéricas adversas.

Acrescentou ainda que o Município está a articular com a Infraestruturas de Portugal, doravante designada por IP, no sentido de realizar um levantamento exaustivo da rede viária, de modo a

obter uma avaliação rigorosa do estado das estradas e definir uma estratégia de investimento adequada. Sublinhou que esta abordagem é essencial, uma vez que não será possível colmatar, num curto espaço de tempo, os efeitos de vários anos de desinvestimento na rede viária do Concelho.

Manifestou a sua expectativa de que, assim que as condições climatéricas o permitam, seja possível apresentar uma melhoria visível numa primeira fase, através de intervenções de manutenção essenciais, avançando posteriormente para ações mais robustas nos caminhos mais deficitários e que exijam uma intervenção mais imediata.

E). – Escola Básica Chafariz D’El Rei.

A senhora Vereadora Teresa Batista iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Seguidamente, deu nota que, na sequência do incidente ocorrido a 14 de novembro na Escola Básica do Chafariz d’El Rei, foi realizada uma análise estrutural por uma equipa especializada, que resultou na necessidade de realizar um reforço estrutural em duas lajes intermédias, que afetam uma sala do lado esquerdo e o hall de entrada no rés do chão. Neste momento, os serviços municipais estão a elaborar o respetivo projeto de estabilidade.

Paralelamente, encontram-se em curso vários trabalhos de manutenção, incluindo a reparação de fissuras nas paredes, intervenções ao nível das carpintarias, aflagamento e envernizamento dos pavimentos das salas, bem como a reparação de portas e armários.

Estão igualmente a decorrer procedimentos para a aquisição de materiais destinados à execução de tetos falsos e à instalação de novas luminárias. A componente de iluminação tem um custo estimado de cerca de 708 euros, enquanto a colocação dos tetos falsos está orçamentada em 13.998,16 euros, acrescidos de IVA.

F). – Habévora.

A senhora Vereadora Teresa Batista, relativamente à Habévora, informou que a gerência já se encontra constituída, estando em elaboração um plano estratégico para a empresa, o qual será apresentado oportunamente à Câmara Municipal.

G). – Vereadora Fernanda Barreiros / Vários Assuntos.

A senhora Vereadora Fernanda Barreiros iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Seguidamente, e em nome dos eleitos da Coligação AD - Évora tem mais futuro, apresentou os seguintes votos:

Voto de Saudação pelo Dia do Intérprete de Língua Gestual Portuguesa (LGP) que se comemora hoje, dia 22 de janeiro, iniciativa da primeira Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa em 1991.

Os Intérpretes de LGP são “profissionais que interpretam e traduzem a informação de língua gestual para a língua oral ou escrita e vice-versa, por forma a assegurar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes”. Recorde-se que existem cerca de 120 mil pessoas com algum grau de perda auditiva em Portugal.

Salientamos a importância de ser se intérprete por ser a ponte e o elo de proximidade com as pessoas surdas e ouvintes, são os que conseguem proporcionar acessibilidade, autonomia e assim contribuem efetivamente para a inclusão da Comunidade Surda nos vários contextos de vida.

Desde 2 de novembro de 2022, a Câmara Municipal de Évora passou a assegurar a tradução simultânea das Reuniões de Câmara para Língua Gestual Portuguesa, bem como a inclusão de interpretação em eventos e iniciativas municipais. Esta medida colocou Évora na linha da frente das boas práticas de acessibilidade e inclusão a nível nacional. O Município tem mantido este compromisso ao longo dos anos e continuará a garantir a tradução simultânea nos diferentes contextos da atividade municipal, reconhecendo este instrumento como um forte contributo para a inclusão, para a participação cívica e para a proximidade entre a população surda e a vida política e institucional do concelho.

Voto de Saudação a Ana Beatriz Calado, pela reeleição para o cargo de Presidente da Associação Académica da Universidade de Évora

A Câmara Municipal de Évora saúda a recente reeleição de Ana Beatriz Calado para o cargo de Presidente da Associação Académica da Universidade de Évora, desejando-lhe um mandato pleno de sucesso, diálogo construtivo e trabalho profícuo em prol dos estudantes que representa.

A Universidade de Évora constitui um pilar estruturante da cidade, não apenas pela sua relevância histórica, científica e cultural, mas também pelo impacto decisivo que tem na vitalidade social, económica e simbólica do concelho. Com uma comunidade estudantil que hoje se aproxima dos 10.000 estudantes, a universidade é um verdadeiro motor de rejuvenescimento demográfico, inovação, criatividade e projeção externa de Évora.

A Associação Académica assume, neste contexto, um papel determinante enquanto ponte entre os estudantes, a academia, a cidade e as suas instituições, contribuindo para uma relação mais próxima, participada e integrada entre a comunidade estudantil e a vida urbana, cultural e cívica de Évora.

Assim, a Câmara Municipal de Évora manifesta o seu reconhecimento e felicitações a Ana Beatriz pela confiança renovada dos estudantes, formulando votos de um excelente mandato, pautado pelo empenho, pela cooperação institucional e pelo reforço do papel dos estudantes como agentes centrais na estratégia de desenvolvimento e na imagem de futuro da cidade de Évora.

Os votos apresentados foram aprovados por unanimidade.

H). – Vereadora Patrícia Raposinho / Vários Assuntos.

A **senhora Vereadora Patrícia Raposinho** iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Destacou, a propósito do voto de saudação apresentado à nova representante da Associação Académica, a necessidade de definir uma nova estratégia de relacionamento e articulação com a Universidade de Évora.

Évora acolhe atualmente cerca de 10 mil estudantes que vivem e estudam na cidade, o que reforça a sua identidade como cidade universitária. Considerou fundamental promover uma maior coesão e uma relação estruturada e duradoura entre a cidade, a sociedade em geral, a comunidade estudantil e a Universidade, por se tratarem de parceiros estratégicos e essenciais para o desenvolvimento de Évora.

Relativamente à intervenção do senhor Vereador Jerónimo José, e não obstante a preocupação que apresentou sobre o mau estado das vias rodoviárias da cidade, referiu que este é um

problema de carácter extremamente urgente. Uma situação que também resulta de constrangimentos herdados, nomeadamente da falta de estabilidade financeira e de pagamentos atempados em mandatos anteriores, aguardando, agora, que a resolução do problema ocorra com a maior brevidade possível.

Afirmou que existem, de facto, buracos em várias vias da cidade, inclusive na circular, alguns com grande profundidade, o que afeta gravemente a mobilidade e a segurança a vários níveis, e por isso é um problema que merece a máxima atenção.

Acrescentou que o Município dispõe de máquinas e pavimentadoras, mas pelo que percebeu falta a matéria-prima para a execução dos trabalhos, levantando-se assim a questão da necessidade de clarificar se houve oportunidades de fornecimento que não foram concretizadas e se está em curso alguma reestruturação das equipas responsáveis por estas intervenções, acreditando que elas próprias fazem o máximo que podem.

Deixou a seu aval a todo o pessoal que trabalha na higiene e limpeza, porque o que mais sente no contacto com eles, é que querem trabalhar, mas dizem que não há ferramentas e materiais suficientes.

Nesse sentido, questionou a razão pela qual as pavimentadoras não estão a ser utilizadas e, no que respeita à limpeza das condutas de esgotos e similares, de que forma estão a ser tratadas essas situações.

A senhora Vereadora Patrícia Raposinho questionou, ainda, qual o ponto de situação da urbanização do Moinho II e quais os planos urbanísticos em curso, de modo a permitir, com carácter de urgência, o arranque de novos projetos de construção habitacional.

Para terminar, deixou um louvor pessoal à Dra. Luísa Policarpo e ao trabalho que desenvolveu com a Juventude, nesta Câmara Municipal, estendendo este voto a outros funcionários que, tal como ela, se irão reformar este ano e que, de alguma forma, foram um contributo para a cidade.

O senhor Presidente destacou o empenho generalizado das equipas da Câmara Municipal de Évora, quer seja dos serviços de limpeza, manutenção, elaboração de projetos, candidaturas ou gestão financeira. Referiu que, nos cerca de dois meses e meio à frente do Município, tem sentido uma forte vontade por parte dos trabalhadores em contribuir ativamente para a solução dos problemas, demonstrando dedicação e compromisso, ainda que reconheça que esse envolvimento não seja sempre igual em todos os casos. Acrescentou que estes exemplos positivos são motivadores, tanto para outros trabalhadores como para o próprio Executivo, apelando também ao esforço coletivo da comunidade, nomeadamente para preservar os espaços após intervenções, evitando a reposição de monos após a sua remoção e cuidando dos locais que foram alvo de limpeza.

que estes exemplos positivos são motivadores, tanto para outros trabalhadores como para o próprio Executivo, apelando também ao esforço coletivo da comunidade, nomeadamente para preservar os espaços após intervenções, evitando a reposição de monos após a sua remoção e cuidando dos locais que foram alvo de limpeza.

positivos são motivadores, tanto para outros trabalhadores como para o próprio Executivo, apelando também ao esforço coletivo da comunidade, nomeadamente para preservar os espaços após intervenções, evitando a reposição de monos após a sua remoção e cuidando dos locais que foram alvo de limpeza.

Sublinhou que está de acordo com a parceria com a Universidade de Évora, pois é uma questão determinante para a cidade. Referiu que, ao longo do tempo, foram concretizadas diversas iniciativas e que existem vários projetos conjuntos que carecem de um enquadramento ainda mais robusto.



Nesse sentido, informou que já reuniram com a equipa da Universidade, tendo sido estabelecido um pré-memorando que contempla um conjunto de questões concretas que exigem resposta imediata.

Quanto à questão sobre o Moinho II, referiu que o processo está a ser acompanhado, de forma ativa, já foram realizadas várias reuniões e está agendada para breve, uma nova reunião envolvendo os serviços técnicos da Câmara e os promotores, com o objetivo de resolver as questões pendentes.

Explicou também que têm sido realizadas reuniões periódicas com a IP, procurando encontrar, ou pelo menos sensibilizar, uma solução adequada para a complexa questão da passagem superior naquela urbanização. Sublinhado que o Município, os serviços técnicos e os promotores estão alinhados no sentido de encontrar soluções, com o objetivo comum de permitir o avanço do projeto com a maior brevidade possível.

Município, os serviços técnicos e os promotores estão alinhados no sentido de encontrar soluções, com o objetivo comum de permitir o avanço do projeto com a maior brevidade possível.

Relativamente às aposentações, reconheceu essa preocupação, destacando o contributo relevante de profissionais como o Dr. José Conde, a Dra. Luísa Policarpo e outros, cujo trabalho é merecedor de elevada consideração.

Sublinhou que a principal preocupação passa por garantir que as substituições sejam realizadas com critérios claros e práticos, privilegiando-se profissionais competentes, com conhecimento da estrutura e das áreas onde irão trabalhar, capazes de se integrar rapidamente no espírito de equipa existente e de manter a confiança necessária para enfrentar os futuros desafios da Câmara Municipal.

O senhor Vereador Jerónimo José esclareceu que, desde o final da semana passada, se encontra no terreno uma brigada a proceder à reparação possível dos buracos, recorrendo à aplicação de massas frias.

Salientou ainda que o parque automóvel se encontra bastante envelhecido, necessitando de diversas reparações, as quais apenas puderam ser realizadas após a regularização das faturas em atraso. Reconheceu que se trata de contingências que importa ultrapassar, sendo neste momento prioritário evitar a repetição dos constrangimentos que deram origem a essas situações.

origem a essas situações.

as situações.

I). – Vereador Alexandre Varela / Vários Assuntos.

O senhor Vereador Alexandre Varela iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Referiu que se associava aos votos apresentados, destacando em particular Ana Beatriz Calado e o trabalho que tem vindo a desenvolver, com quem teve a oportunidade de colaborar, de forma muito próxima, no mandato anterior.

Destacou que a Universidade não deve ser vista apenas como um espaço de alunos e de produção de conhecimento, mas também como um importante polo de parcerias. Salientou, assim, o papel relevante das parcerias desenvolvidas também no âmbito do Conselho Municipal de Juventude, envolvendo a Universidade e as várias associações juvenis que integram este órgão, contribuindo, de forma significativa, para a sua valorização e qualificação. De facto, existiu um

trabalho muito intenso, destacando o papel da Dra. Luísa Policarpo, que assumiu o serviço e a missão pública de forma exemplar.

Aproveitando a referência às aposentações e às recentes mudanças, nomeadamente ao nível de dirigentes, manifestou preocupações quanto a estas alterações, num ano particularmente exigente, como é 2026. Por ser um ano de continuidade do Plano Local de Habitação, doravante designado por PLH, e de preparação da Capital Europeia da Cultura, e a seu ver a saída de dirigentes, técnicos e outros trabalhadores representa a perda de conhecimento e experiência essenciais para enfrentar estes desafios. Nesse sentido, alertou para a importância de se valorizar este capital humano, salientando que a capacidade de atuação da Câmara Municipal resulta, em grande medida, do trabalho diário destes profissionais ao serviço da população.

O senhor Vereador Jerónimo José informou que a reunião da Comissão Municipal da Juventude, já está agendada para o dia 27, para tratar da tomada de posse e de outras matérias. Solidarizou-se, igualmente, com todas as palavras dirigidas à Dr.ª Luísa Policarpo e a outros profissionais que, ao longo dos anos, asseguraram e desempenharam com empenho e dedicação as suas funções.

J). – Vereador Rúben Migueis / Vários Assuntos.

O senhor Vereador Rúben Migueis iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

De seguida, começou por felicitar o atleta eborense José Cabeça, que irá representar Portugal nos Jogos Olímpicos de Inverno, bem como a dupla João Monteiro e Nuno Morais, que alcançou o quarto lugar no Dakar 2026.

Referiu-se, ainda, ao UniRaid 2026, um raid solidário de aventura que decorre no sul de Marrocos e cujo principal objetivo é a entrega direta de ajuda humanitária às comunidades locais.

Neste contexto, deixou um agradecimento à Câmara Municipal pelo material escolar doado para distribuição junto das crianças. Por fim, dirigiu um apelo a todos os jovens eborenses, e não só, para participarem na próxima edição, sublinhando tratar-se de uma experiência marcante de ajuda humanitária e de companheirismo.

Referiu que no dia 16 de janeiro teve lugar, em Évora, o juramento militar, um evento de grande dimensão, tendo endereçado os parabéns à Câmara Municipal de Évora pela sua organização. No entanto, assinalou que, nesse mesmo período, entre as 8h00 de 16 de janeiro e as 8h00 de 17 de janeiro, as urgências de ortopedia estiveram encerradas.

Sublinhou que esta é uma situação recorrente em determinados períodos do ano, manifestando preocupação com a falta de recursos humanos, referindo existirem apenas quatro médicos disponíveis quando seriam necessários cerca de dez.

Por fim, deixou elogios à equipa de limpeza municipal, pelo trabalho realizado no dia do juramento, destacando o profissionalismo demonstrado, uma vez que, mesmo sob chuva intensa, garantiu a limpeza do espaço, merecendo assim o reconhecimento de todos.

O senhor Vereador Rúben Migueis salientou a urgência de se simplificar e tornar menos burocráticos os procedimentos de licenciamento no setor do urbanismo, de forma a incentivar a construção.

Nesse sentido referiu-se a um pedido de reunião que foi efetuado junto dos serviços de urbanismo em dezembro passado, sobre a Quinta da Perdigoa na Garraia, mas que até ao

momento ainda não foi obtida qualquer resposta, apesar de múltiplas tentativas de contacto, ao longo de mais de um mês.

Referiu esta situação como contraditória ao objetivo de acelerar processos e promover a construção, o que evidencia bem as dificuldades no funcionamento dos serviços de urbanismo.

Mencionou um outro assunto que aconteceu em março de 2025, em que houve um problema técnico nas comportas da barragem do Monte Novo, situação que leva a graves preocupações pelo facto de poderem surgir inundações.

Solicitou, assim, o pedido de um relatório sobre a segurança da barragem, para que o Concelho possa ficar tranquilo, porque até hoje, ainda não se conheceu nenhum relatório sobre este problema.

Noutro contexto, deu nota da queixa de vários munícipes relativamente à paragem de autocarro situada em frente à Casa do Benfica que, por se encontrar danificada, não oferece as condições adequadas aos seus utilizadores. No seu entender, trata-se de um problema de resolução simples e célere.

Sublinhou a situação recorrente de inundações na Rua Professor Alfredo Reis, no Bairro do Bacelo, um problema com mais de dez anos que, a seu ver, poderá ser resolvido de forma simples, através da alteração da grelha de drenagem, sem necessidade de grandes intervenções.

Quanto ao Hospital Central do Alentejo, **o senhor Presidente** referenciou que, conforme já tinha informado na reunião anterior, ainda se aguarda a delegação de competências do Secretário de Estado para o Presidente da Unidade Local de Saúde. Ainda assim a Câmara Municipal tem tudo preparado, subsistindo apenas uma questão que está a ser resolvida, em articulação com a IP e o IMT, relativa à EN114, mas que não constitui um impedimento ao avanço do processo.

Manifestou a sua preocupação quanto à necessidade de garantir a devida capacitação do novo hospital, nomeadamente ao nível de recursos humanos e equipamentos. Considerou, também, inaceitável que num dia em que Évora recebeu um número excecional de pessoas, as urgências de ortopedia estivessem encerradas, de facto uma situação preocupante.

Sobre o pedido de agendamento de reunião com o setor do urbanismo, também não é razoável nem aceitável que depois de muitos telefonemas não tenham sido atendidos, portanto, afirma que irá verificar o que aconteceu e procurar que não suceda novamente.

Relativamente às inundações, **o senhor Vereador Jerónimo José** esclareceu que ocorrem em algumas zonas da cidade, durante períodos de chuva intensa, a equipa do setor de Higiene e Limpeza Pública identificou os pontos mais críticos. Salientou que estas situações acontecem, por vezes, devido à acumulação de folhas que obstruem as grelhas de drenagem e, noutras, porque as grelhas existentes não têm capacidade suficiente para escoar toda a água. Está já prevista, a curto prazo, uma intervenção para o alargamento dessas grelhas, de forma a aumentar a capacidade de escoamento.

Referiu ainda que, sempre que existe um aviso da Proteção Civil relativo à previsão de chuva anormal, as equipas suspendem as limpezas habituais e concentram-se na desobstrução dos sumidouros nos pontos críticos, mantendo vigilância permanente. Apesar da intensidade das chuvas, têm ocorrido apenas situações pontuais, sem registo de inundações significativas.

No que diz respeito à barragem do Monte Novo, na altura, a informação disponível indicava a necessidade de aquisição de um equipamento para permitir a intervenção, sendo essa

responsabilidade da APA e não do Município, tanto quanto é do seu conhecimento. Destacou que a intervenção já tenha sido realizada, uma vez que a circulação se encontra a funcionar normalmente, considerando-se a situação ultrapassada. Ainda assim, será solicitado esclarecimento à APA para confirmação.

Relativamente à paragem de autocarro danificada, **a senhora Vereadora Teresa Batista** referiu que está a ser realizada uma revisão de todo o sistema de paragens, com o objetivo de iniciar um trabalho consistente e progressivo de recuperação das mesmas.

Quanto à Comissão Municipal de Educação, esclareceu que a mesma será brevemente ativada, estando em curso um trabalho muito próximo com os agrupamentos escolares, através de reuniões semanais. O mesmo se aplica à Comissão de Ambiente, Alterações Climáticas e Transição Energética, prevista no programa, cuja ativação também se pretende concretizar com a maior brevidade possível.

Quanto à questão da barragem do Monte Novo, **o senhor Vereador Rúben Migueis** reiterou a importância de existir um relatório da Agência Portuguesa do Ambiente que confirme que os problemas estão superados, de forma a tranquilizar a população relativamente a esta situação.

A senhora Vereadora Patrícia Raposinho salientou a relevância de se proceder à verificação da situação da barragem, sublinhando que, caso uma das comportas não se encontre em boas condições e a outra apresente limitações, a situação deve ser devidamente acautelada, sobretudo considerando o impacto na sustentabilidade do abastecimento de água à cidade.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. – PRESIDENTE

1.1. Representantes da Câmara no Conselho Geral da Fundação Alentejo.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propôs a ratificação do seu despacho datado de 09/01/2026, nos termos do artigo 35º, nº 3 do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

De acordo com o artigo 18º, alínea b) dos estatutos da Fundação Alentejo, o Conselho Geral composto por um representante de cada um dos Municípios, onde a Fundação, através da sua Profissional, tiver polos.

Tendo em conta o objeto social da Fundação, entende-se que deve ser indicada a Sra. Vereadora do pelouro da educação, Dra. Cármen Carvalheira, e no seu impedimento e em sua substituição, o Dr. Diogo Estudante.

Deliberação:

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do senhor Presidente.

2. – ADMINISTRAÇÃO GERAL E PESSOAL

2.1. Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2026.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a aprovação das Opções do Plano e Orçamento para o ano 2026, bem como o seu envio à Assembleia Municipal.

Os documentos previsionais para 2026 foram elaborados tendo como orientação os princípios estabelecidos no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais



(RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que procedeu à revogação do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, exceto os pontos 2.9., 3.3. e 8.3.1. relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

Para o ano de 2026, o Município de Évora apresenta um orçamento que importa tanto na receita como na despesa no montante de 110.840.577€.

As Grandes Opções do Plano para 2026 apresentam um total de 65.966.301€ e integram projetos, ações e investimentos a desenvolver pela autarquia com financiamento assegurado no orçamento do exercício.

Considerando que:

- a) Compete à Câmara elaborar e submeter à Assembleia Municipal as Opções do Plano e a proposta de Orçamento, assim como as respetivas revisões, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais – RJAL);
- b) Compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, aprovar as Opções do Plano e a proposta de Orçamento, bem como as respetivas revisões.

Propõe-se que:

- a). O Executivo delibere aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os documentos previsionais de gestão para o ano 2026, nos termos e ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do RJAL, na sua redação atual;
- b). Nos termos previstos nos documentos previsionais, a Assembleia Municipal emita, para o exercício económico de 2026, autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro (LCPA);
- c). Nos termos previstos nos documentos previsionais, a Assembleia Municipal emita, para o exercício económico de 2026, autorização para a contratação de empréstimos de curto prazo para ocorrer a dificuldades de tesouraria nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Intervenções:

O senhor Presidente começou por referir que, durante o período de campanha, ouviu muitas opiniões sobre a Câmara e sobre o pessoal da Câmara. É um facto que o Município apresenta um rácio de trabalhadores por habitante muito elevado, um dos mais altos do país. Ao longo da campanha, surgiram posições bastante distintas: houve quem defendesse que não se deveria mexer em nada e quem propusesse arrasar.

Na sua perspetiva, nenhuma dessas abordagens é a mais adequada. A “máquina” são pessoas, e essas pessoas precisam de ser mobilizadas e valorizadas para trabalharem melhor, aumentando a produtividade e contribuindo para a redução de custos. Para isso, é essencial apostar na requalificação.

Um indicador base de 33% não é saudável em lado nenhum, mas a forma de o melhorar não passa por despedimentos. Defendeu que o caminho é permitir que a máquina respire, modernizando os serviços, aumentando a produtividade e, dessa forma, reduzindo gradualmente esse indicador.

Em relação a Habévora, encontraram uma situação muito estagnada, mas, como se sabe, a empresa tem gestão plural e já está a realizar um trabalho diferente.

De facto, tem ouvido muita gente, muitos casos complexos, mas também não faz sentido que quem não paga aquilo que pode, esteja a usufruir desses espaços. É evidente que a justiça tem, igualmente, de ser aplicada a esse nível.

Aliás, numa perspetiva mais ampla, o mesmo se aplica ao não pagamento de faturas da água: nem todas as dívidas resultam de incapacidade financeira, como se sabe. Existem muitos casos de pessoas e entidades que têm condições para pagar, mas não o fazem. Cobrar essas dívidas é, por isso, um ato de justiça para com aqueles que cumprem pontualmente as suas obrigações.

Referiu que, dentro da margem de manobra disponível, o Executivo tem procurado dar sinais claros de atuação, nomeadamente através do reforço das condições de limpeza e da tentativa de mitigar os diversos problemas existentes.

Sublinhou, ainda, que um dos problemas mais evidentes no quotidiano é o mau estado dos acessos e das estradas, destacando a necessidade de imprimir um novo impulso à sua requalificação.

O senhor Presidente destacou, também, a importância de acompanhar o tratamento que o Governo dará ao facto de o PRR se encontrar em fase de conclusão, bem como à situação de bloqueio no funcionamento do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, doravante designado por IHRU, que se verifica a nível nacional e não apenas em Évora. Afirmou que esta realidade tem vindo a afetar diversos procedimentos do PRR considerados fundamentais para a execução do PLH.

Destacou a importância de reforçar a capacidade de resposta no domínio da habitação acessível, promovendo simultaneamente uma maior dinamização do setor, assente no investimento individual, cooperativo e privado.

Asseverou ainda que a intenção do Executivo é que a discussão do Plano de Urbanização de Évora, já aprovado, não se limite a um processo burocrático ou meramente administrativo, circunscrito a especialistas, mas que seja capaz de mobilizar a cidade no seu conjunto. Pretende-se que este plano reflita, tanto quanto possível, a ambição e a visão dos cidadãos do Concelho para o futuro da sua cidade, naturalmente enquadradas pelos regulamentos em vigor.

Sublinhou, por isso, a importância de uma discussão participada e inclusiva, que permita aos cidadãos expressar como desejam a sua cidade, reconhecendo que, em última análise, são as pessoas que a constroem e lhe dão identidade.

Acrescentou que o Executivo pretende reforçar a iluminação pública e a segurança, cumprindo o compromisso, que não foi só deles, de instalar sistemas de videovigilância e melhorar as condições de iluminação.

Salientou, ainda, a importância de apoiar as associações e redes associativas em vários domínios, bem como de concretizar os planos nas áreas da educação e da saúde.

Frisou também o compromisso com a preparação e concretização da Capital Europeia da Cultura, assumindo, em paralelo, uma aposta firme na modernização dos serviços municipais, sendo que o objetivo passa por afirmar a Câmara Municipal de Évora como uma parceira ativa no desenvolvimento do Concelho, deixando de ser percecionada, devido a constrangimentos organizacionais, como um entrave ao seu funcionamento.

Para concluir, reforçou que esta transição assenta na valorização das pessoas, através da sua formação e capacitação, bem como na disponibilização de instrumentos adequados, informáticos, técnicos e outros, que lhes permitam desempenhar eficazmente as suas funções.



O senhor Vereador Jerónimo José, relativamente ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, para 2026 fez a seguinte intervenção:

1. O valor global do orçamento está estimado em 110.840.577,00 euros, e teve um acréscimo de 6.840.577,00 euros (+6.62%) face ao valor estimado de 2025;

1.1. Receita

- A Receita está repartida na proporção de 70,49% (78.130.613€) em receita corrente e 29,51% (32.709.964€) em receita de capital;

- *Receitas fiscais* estimadas totalizam 21.545.800€ (19,44% do total da receita);

- *Receitas não fiscais* estimadas totalizam 89.294.777€ (80,56% do total da receita);

- *Impostos diretos (IMI, IMT, Derrama, IUC)* totalizam 15.759.200€ (14,22% do total da receita);

- O peso das *Transferências correntes e de capital*, que totalizam 61.261.345€, é de 55,27% no total das receitas;

- *A Venda de bens e serviços* representa 13,06% (14.476.737€);

1.2. Despesa

- A despesa está repartida na proporção de 66,61% (73.832.577€) em despesa corrente e 33,39% (37.008.000€) em despesa de capital;

- Na *despesa* destaca-se o valor relativo das *aquisições de bens e serviços* de 28,09% do total da despesa (31.131.612€) e as *Despesas com pessoal* de 30,08% (33.344.550€);

- As *Aquisição de bens de capital*, com o valor de 29.892.616€, representam 26,97% do orçamento da despesa.

1.3. Distribuição estratégica da despesa (GOP – 2026)

- O total das Grandes Opções do Plano totalizam 65.966.301€, sendo 28.869.034€ relativos ao Plano de Atividades mais relevantes e 37.097.267€ referentes ao Plano de Investimentos Plurianuais;

- Este valor encontra-se distribuído por 4 Eixos Estratégicos:

- Eixo III – Território e Sustentabilidade: 35.681.351€ (maior peso);

- Eixo IV – Modernização da Autarquia: 12.559.534€;

- Eixo II – Coesão social, cultura e saúde: 11.779.515€;

- Eixo I – Economia, educação e turismo: 5.945.901€.

1.4. Investimentos mais marcantes

- Requalificação da iluminação pública e implementação do sistema de videovigilância (1.000.000,00 euros);

- Beneficiação das redes viárias (3.120.507,00 euros);

- Reabilitação dos Antigos Celeiros da EPAC (2.650.000,00 euros);

- Centro de Acolhimento Temporário, Emergência e Transição (1.740.783,00 euros);

- Reabilitação do Rossio de São Brás (2.350.000,00,00 euros);

- Reabilitação do Arquivo Fotográfico (750.000,00 euros);

- Modernização administrativa e transição digital da autarquia (461.988,00 euros).

- Reabilitação do Convento dos Remédios (970.000,00 euros);

- Aquisição de Equipamento para os Espaços Culturais – Arena de Évora (750.000,00 euros);

- Reforço da capacidade operacional do aeródromo municipal (679.909,00,00 euros);

- Bairros comerciais digitais (1.277.776,00 euros);

- Confeção, transporte e distribuição de refeições escolares (584.649,00 euros);

- Valorização e Musealização das Termas Romanas (800.000,00 euros).

- Aquisição de máquinas e viaturas (755.836,00€);

- Contratos interadministrativos de transferência de competências (985.227,00 euros);

Para terminar referiu que o Orçamento de 2026 é um orçamento financeiramente prudente, que aposta em investimento estruturante, estabilidade fiscal e preparação do futuro, com a Capital Europeia da Cultura 2027 como eixo mobilizador, e com um forte foco na qualidade de vida, coesão social e sustentabilidade do território.